

1º SIMULADO DA 2ª FASE **XXIX EXAME DE ORDEM**

DIREITO CIVIL

PROF. PAULO SOUSA



Estratégia
OAB



DIREITO CIVIL

PROVA PRÁTICO - PROFISSIONAL

Informações gerais

- Essa prova é focada na 2ª fase do XXIX Exame de Ordem da OAB;
- A peça prática-profissional e as questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do certame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, incluso o tempo para preenchimento do caderno de textos definitivos, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Se possível realize a transcrição dos textos respostas para um outro papel, respeitando o número de linhas, assim poderá exercitar o seu tempo.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir da aula em vídeo, sua peça e suas questões.
- A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO, no canal do Estratégia OAB no YouTube comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

Siga as nossas Redes Sociais

Estrategiaoab no YouTube
[instagram.com/estrategiaoab](https://www.instagram.com/estrategiaoab)



Prof. Paulo Sousa no YouTube
[instagram.com/prof.phms](https://www.instagram.com/prof.phms)

ATENÇÃO!

Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 2ª Fase em do XXIX Exame possam praticar. Por isso, será importante para nós se você dar o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *Whatsapp* etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! => O objetivo é difundir esse simulado ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Camila e suas amigas viajaram para passar o carnaval em Salvador. Lá, Camila conheceu Breno, que também estava viajando com os amigos, e mantiveram um relacionamento durante o evento. Passados os dias, cada um voltou para sua cidade de domicílio, Camilla, em Curitiba/PR, e Breno, em Goiânia/GO, mas permaneceram em contato por aplicativos de celular. Um mês depois, Camila descobriu que estava grávida, contando imediatamente a Breno, que por sua vez, não recebeu bem a notícia. Alegou que haviam ficado apenas alguns dias juntos e que ela havia mantido relações íntimas com outras pessoas durante esse período.

Camila ingressa com uma ação de alimentos gravídicos contra Breno, demonstrando a existência de indícios de paternidade e informando que Breno possui condições financeiras robustas por trabalhar em uma renomada multinacional do ramo de tecnologia. Sabendo de antemão do caso, Breno contrata você e repassa seus contracheques. Os holerites demonstram a parca renda de Breno, já que ele é apenas estagiário da companhia e havia mentido a Camila sobre sua real situação financeira.

De posse dos contracheques, você se habilita nos autos e requer sua juntada, antes que o Juízo analise o pedido de alimentos. Em sua decisão inicial, o juiz rejeita o pedido de alimentos provisórios formulado por Camila, alegando que há dúvidas a respeito dos indícios de paternidade. Na mesma decisão interlocutória, o magistrado rejeita o pedido de juntada dos contracheques, sob o argumento de eles são desnecessários no momento. Além disso, não poderia o suposto pai se escusar a pagar os alimentos caso a mãe demonstrasse indícios mais fortes de paternidade.


Camila é intimada da decisão e informa ao(à) advogado(a) que encontrou em seu aplicativo mensagens que comprovam ter ela mantido relações íntimas apenas com Breno, no período, de modo que possa ser instruído um pedido de reconsideração para fixar os alimentos. Breno é citado e, no mesmo ato, intimado da decisão interlocutória denegatória.

Considerando a situação hipotética apresentada, na qualidade de advogado(a) contratado(a) por Breno, redija a peça processual cabível em face dos acontecimentos descritos.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	 Estratégia
16	
17	OAB
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	

32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	 Estratégia
47	
48	OAB
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	

63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	 Estratégia
78	
79	OAB
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	

94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	 Estratégia
109	
110	OAB
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	
121	
122	
123	
124	

125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	



Estratégia
OAB

QUESTÃO 1

Silvia detém a tutela de sua sobrinha, Mariana, atualmente com 13 anos de idade, desde a morte de sua mãe, irmã de Silvia. O pai de Mariana foi recentemente condenado a pena privativa de liberdade, por cometer feminicídio contra a mãe da menor. Silvia é solteira, não têm filhos, conta atualmente com 29 anos de idade e pretende adotar sua sobrinha, Mariana. Com base no caso narrado, responda:

- a) É possível que Silvia adote sua sobrinha?
- b) Caso seja possível a adoção, será necessário o consentimento do pai de Mariana? E quanto a Mariana, será necessário seu consentimento?



Estratégia

OAB

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	 Estratégia
16	
17	OAB
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 2

Mateus, Lucas e João se obrigaram a entregar, de forma solidária, um carro a Carlos. O veículo conta com diversas modificações, seguindo-se especificações técnicas muito peculiares. O carro deveria ser entregue na data acordada para que Carlos participasse de um evento esportivo. No dia, Lucas esquece de fazer a entrega do veículo e deixa seu celular desligado, de modo que Carlos acaba por perder o evento. Carlos, inconformado, ingressa com uma ação contra Mateus e Lucas, cobrando a entrega do carro, já que ainda tinha interesse no veículo, mais indenização por perdas e danos, por não conseguir participar do evento, dado que a data de entrega não foi respeitada. Com base na situação exposta, responda os itens abaixo.

- a) Todos os devedores serão responsabilizados integralmente pela indenização? E pela entrega do carro?
- b) Proposta a ação, há litisconsórcio passivo? Se sim, qual(uais) a(s) consequência(s) dele?



Estratégia

OAB

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	 Estratégia
16	
17	OAB
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 3

Maria, em 2012, maneja ação de interdição em face de seu filho Mario, pessoa com deficiência psíquica grave. O laudo psicossocial aponta que Mario não poderia autonomamente exercer os atos da vida civil. No entanto, ante o abandono da causa, a lide é extinta, sem que seja Maria nomeada curadora do filho. Mario recebe uma pensão mensal, administrada por ele mesmo. Certo dia, Mario estava passeando pela vizinhança, como de costume, e encontra Péricles, seu vizinho, que vende aparelhos eletrônicos. Péricles, ao perceber que Mario tem dinheiro, o convence a adquirir um celular, sob ameaça de não o deixar sair dali. Mario, muito assustado, adquire o aparelho. Péricles então passa a rondar a casa de Mario e sempre que tem oportunidade, o faz adquirir algum aparelho eletrônico, ameaçando sua integridade física. Maria, ao perceber que Mario estava adquirindo aparelhos eletrônicos, o que não é de seu feitio, já que ele sempre foi muito cuidadoso com seu dinheiro, o questiona sobre o assunto. Depois de muito insistir, Mario confessa que Péricles sempre o ameaça para que ele adquira tais bens. Maria, inconformada, ingressa com uma ação, em nome próprio, para desfazer os negócios jurídicos firmados entre Mario e Péricles e requerer indenização por danos morais. Sobre o caso, responda:

- a) Mario é capaz para celebrar tais negócios? Independentemente da resposta anterior, Maria é legitimada para propor ação?
- b) Os negócios jurídicos celebrados por Péricles e Mario são válidos? Qual é o prazo para o propositura da demanda?

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	Estratégia
17	OAB
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 4

Ana Julia ingressou com ação indenizatória em desfavor do Hospital São Tomé, pessoa jurídica de direito privado, requerendo indenização por danos materiais, morais e estéticos, em face de erro médico cometido pelo médico Fabrício. Na contestação, o Hospital requereu a denunciação da lide a Fabrício. Deferida a denunciação a lide pelo Juízo, Fabrício foi regulamente citado, mas deixou de apresentar defesa, sendo considerado revel. Ao final da lide, todos os pedidos da autora foram julgados procedentes. Com base na situação, responda o que se segue.

- a) Em face de quem Ana Julia deverá promover o cumprimento de sentença?
- b) Com a revelia de Fabrício, o Hospital deverá prosseguir com sua defesa?



Estratégia

OAB

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	 Estratégia
16	
17	OAB
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	